

COLEGIADA



JUCESP PROTOCOLO  
934458/06-6



ecovias

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

CNPJ nº 02.509.491/0001-26

NIRE nº 35.300.155.149

### ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

**DATA, HORA E LOCAL:** 1º de dezembro de 2006, às 8:00 horas, na sede da Sociedade, no km 28,5 da Rodovia dos Imigrantes, Jardim Represa, Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

**CONVOCAÇÃO:** Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário do Grande ABC, nos dias 23, 24 e 25 de novembro de 2006.

**“QUÓRUM” DE INSTALAÇÃO:** Foram cumpridas no Livro de Presença as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404/76. Compareceram à assembléia os acionistas conforme assinaturas apostas no Livro de Presença.

**MESA DIRIGENTE:** Presidente: Pedro Beltrão Fraletti, Secretário: Marcelino Rafart de Seras.

**ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a (i) emissão, para subscrição pública, de 42.500 (quarenta e duas mil e quinhentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie com garantia real, em três séries, perfazendo o valor total de até R\$ 425.000.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco milhões de reais), a serem distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação ; e (ii) delegação ao Conselho de Administração da Companhia dos poderes previstos no §1º, do artigo 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”).

**DELIBERAÇÕES:** Deliberam os Acionistas, unanimemente e sem quaisquer restrições:

- (i) aprovar a emissão, para subscrição pública, de 42.500 (quarenta e duas mil e quinhentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie com garantia real, representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), em três séries, perfazendo o valor total de até R\$ 425.000.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco milhões de reais) (“Debêntures”), a serem distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação (“Emissão”). Adicionalmente, com relação à quantidade de Debêntures, aprovar o seguinte: (i.A) a quantidade de Debêntures a serem distribuídas poderá, a critério da Companhia e sem a necessidade de novo pedido à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) ou modificação dos

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S/A

Rod. dos Imigrantes | Km 28,5 | CEP 09845 000 | São Bernardo do Campo - SP | Tel 11 4358 8100

ISO 9001  
ABNT 14001

termos da Escritura de Emissão, ser aumentada até um montante que não exceda a 20% (vinte por cento) das Debêntures inicialmente distribuídas (“Debêntures Adicionais”). O preço de subscrição das Debêntures Adicionais, se for o caso, será o preço de subscrição das Debêntures; e (i.B) a Companhia poderá outorgar à instituição líder da distribuição pública das Debêntures da Emissão e aos demais coordenadores da Emissão a opção de, após consulta e concordância prévia da Companhia, aumentar a quantidade de Debêntures a distribuir junto aos destinatários da Emissão, nas mesmas condições e preço das Debêntures, até um montante equivalente a 15% (quinze por cento) das Debêntures inicialmente distribuídas. Em relação à garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, aprovar, ainda, que esta será constituída por meio de (i) um contrato de penhor de ações representativas do capital social da Companhia, a ser celebrado entre a Ecorodovias e o agente fiduciário da Emissão (“Agente Fiduciário”), representando os titulares das Debêntures (“Debenturistas”), com a intervenção da Companhia, instrumento pelo qual serão empenhadas em garantia 99,99% das ações de emissão da Companhia, detidas pela Ecorodovias; e (ii) um contrato de vinculação de receitas e cessão fiduciária de direitos creditórios, a ser celebrado entre (a) a Companhia, (b) o Agente Fiduciário, representando os Debenturistas e (c) o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., na qualidade de banco depositário, instrumento pelo qual serão cedidos em garantia (I) os direitos creditórios relativos aos valores, recebíveis, receitas, créditos e outros valores que correspondam a 100% (cem por cento) do produto de toda a arrecadação, de todos os postos de pedágio, atuais e futuros, em toda a extensão do Sistema Anchieta-Imigrantes mantidos pela Companhia em virtude do Contrato de Concessão Rodoviária nº 07/CR/98 (“Contrato de Concessão”) e relativos a todos os direitos aos montantes depositados nas Contas-Correntes (conforme serão definidas no Contrato de Cessão Fiduciária) detidas pela Companhia, bem como as respectivas aplicações financeiras realizadas com tais montantes, incluindo todo e qualquer ganho ou receita financeira delas decorrentes; e (II) direitos creditórios, recebíveis, receitas, créditos e outros valores relativos a 100% (cem por cento) todos os montantes depositados nas contas correntes detidas pela Companhia e as respectivas aplicações financeiras realizadas com tais montantes, incluindo todo e qualquer ganho ou receita financeira delas decorrentes. Adicionalmente, será celebrado um contrato de cessão de créditos entre a Companhia e o Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, que formalizará a cessão pela Companhia em favor dos Debenturistas da totalidade dos créditos por ela detidos em função de eventual indenização devida por parte do Poder Concedente na ocorrência de qualquer hipótese de extinção do Contrato de Concessão.

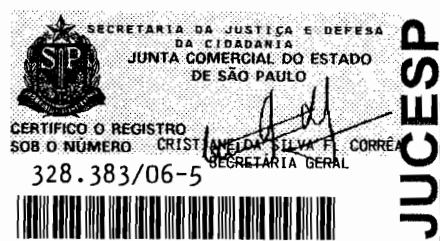
- (ii) aprovar a delegação ao Conselho de Administração dos poderes para deliberar sobre todos os demais termos e condições inerentes às Debêntures e à Emissão, nos termos do artigo 59, §1º da Lei das Sociedades por Ações, podendo, inclusive, delegar poderes à Diretoria para tomar todas as medidas cabíveis para efetivar a distribuição pública das Debêntures, incluindo, mas não se limitando: (a) à prática dos atos necessários à assinatura da respectiva escritura de emissão

e respectivos aditamentos e assinatura dos respectivos contratos de garantia; (b) à contratação de instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de valores mobiliários como intermediadoras da distribuição pública; (c) à contratação de agente fiduciário, banco mandatário e escriturador, consultores jurídicos e demais instituições que eventualmente se façam necessárias para a realização da Emissão, fixando-lhes os respectivos honorários; e (d) a publicação e o registro de documentos perante os órgãos competentes e o devido registro da Emissão perante a CVM.

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, determinou o Sr. Presidente que fosse lavrada a presente ata na forma sumária, a qual foi lida e aprovada pelos presentes. São Bernardo do Campo, 1º de dezembro de 2006. **MESA:** Pedro Beltrão Fraletti - Presidente. Marcelino Rafart de Seras - Secretário. **ACIONISTAS:** Pedro Beltrão Fraletti; Massimo Villa; Marco Antônio Cassou; João Alberto Gomes Bernacchio; Reinaldo Coimbra Belich; Mario Gorla; Primav Ecorodovias S/A.

*Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.*

\_\_\_\_\_  
Marcelino Rafart de Seras  
Secretário



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)